



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 007/2024

QUALIFICAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (OSS)

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE LOUVEIRA, Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, na forma e condições estabelecidas no presente Edital de Chamamento Público, CONVOCA as entidades privadas sem fins lucrativos interessadas em obter a qualificação como ORGANIZAÇÃO SOCIAL, na área da Saúde, visando à formalização futura de contrato de gestão para o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços para HOSPITAL SANTO ANTONIO DE LOUVEIRA – ADULTO E PEDIÁTRICO, no âmbito do Município de Louveira -SP, nos termos da Lei Municipal nº 2.428 de 15 de maio de 2015, e alterações disciplinadas pela Lei Municipal nº 2.701 de 02 de setembro de 2021 e o Decreto Municipal nº 4.324, de 10 de setembro de 2015 e suas alterações Decreto Municipal nº 5.884 de 09 de novembro de 2021.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto tornar pública a QUALIFICAÇÃO de entidades privadas sem fins lucrativos como Organização Social, na área da saúde, no âmbito do Município de Louveira/SP, para futura gestão do serviço de **gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços para HOSPITAL SANTO ANTONIO DE LOUVEIRA – ADULTO E PEDIÁTRICO.**

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público qualquer pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituídas sob a forma de fundação ou associação, que tenha obrigatoriamente natureza social de seus objetivos relativos à prestação de serviços de ações e serviços de saúde. As entidades sem fins lucrativos, interessadas e com suas finalidades voltadas a saúde, poderão apresentar documentação para serem qualificadas como organização social para posterior seleção de projetos para gestão de serviços no município de Louveira, onde as determinações serão dispostas em competente edital de seleção.

2.2. Será vedada a participação de:

2.2.1. Entidades que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou de receber recursos públicos ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.2. Tenha sido desqualificada como organização social, por descumprimento das



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

disposições contidas no contrato de gestão, em decisão irrecorrível, pelo período que durar a penalidade;

2.2.3. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

2.2.4. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer Ente Federativo, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos.

2.2.5. Entidades das quais, na sua diretoria ou quadro de associados, possua servidor público do município de Louveira, salvo nas hipóteses de cessão admitidas em lei.

3. DO REQUERIMENTO

3.1. O requerimento de qualificação deverá seguir o modelo constante no Anexo I deste Edital e dirigido ao DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS, junto à Prefeitura Municipal de Louveira, situado Rua Catharina Calssavara Caldana, nº451, Vila Caldana – Louveira, identificado externamente, com o nome da entidade pretendente à qualificação, da seguinte forma:

AO DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO
COMISSÃO DE SELEÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024 -
CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE
ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DE SAÚDE NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA-SP

Entidade pretendente: (nome da Entidade)
CNPJ nº XX.XXX.XXX./XXXX-XX

3.1.1. Ato constitutivo, devidamente registrado através de cópia autenticada, dispondo sobre:

- a)** Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b)** Finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c)** Previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurada àquele, composição e atribuições normativas e de controle básicas previstos na Lei Municipal nº 2.428 de 15 de maio de 2015, e alterações disciplinadas pela Lei Municipal nº 2.701 de 02 de setembro de 2021;
- d)** Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros do Poder Público e/ou da comunidade, de notória capacidade profissional e



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

idoneidade moral;

- e) Composição e atribuições da Diretoria da entidade;
- f) Obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado ou em jornal de circulação no local da celebração do contrato de gestão dos relatórios financeiros do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) No caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
- h) Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada por qualquer unidade da federação, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

3.1.2. Comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica:

I - Quanto à habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, registrado em cartório, conforme item 3.1.1;
- b) Ata da eleição de sua atual diretoria;
- c) Cédula de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da entidade;
- d) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

II - Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal) Estadual e Municipal (sede da entidade), dentro do prazo de validade;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;
- c) Certidão Negativa de Débito - CND ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, devidamente atualizada.

III - Quanto à qualificação-técnica:

- a) Prova de inscrição no Conselho Regional de Medicina;
- b) Comprovação de experiência gerencial na área da saúde visando à comprovação de experiências anteriores, inclusive comprovando com contratos de gestão e/ou contratos de prestação de serviços na área correspondente e/ou atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

c) Declaração de que os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até 3º Grau do Prefeito, Vice prefeito e Secretários Municipais, Vereadores e servidores públicos detentores de função gratificada ou comissionado, cuja atuação no ente público possa vir a ter relação com o contrato que vier a ser celebrado ou ainda, que exerça cargo ou função em comissão ou gratificada no Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Louveira, no exercício das funções de conselheiros, administradores e dirigentes da organização social.

IV - Quanto à habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, expedida, no máximo, até 60 (sessenta) dias antes da apresentação da proposta;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.1.3. A qualificação como Organização Social de Saúde no Município de Louveira é condição indispensável para participação da Entidade participar no Chamamento Público para futura assinatura do Contrato de Gestão.

3.1.4. Comprovar aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto do eventual e futuro contrato de gestão. Referida comprovação deverá ser através de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público que comprovem capacidade técnica da entidade em atendimento exclusivo SUS – Sistema Único de Saúde, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes.

3.1.5. Comprovar, no mínimo, 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no CNPJ.

3.2. O conselho de administração deve estar estruturado nos termos da Lei municipal nº 2.428 de 15 de maio de 2015 e alterações disciplinadas pela Lei Municipal nº 2.701 de 02 de setembro de 2021, de acordo com o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

3.2.1. Ser composto por:

a) 20% a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20% a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) Até 10% (dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;

d) 10% a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

moral;

e) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.

3.2.2. Os membros eleitos ou indicados para compor este Conselho que não poderão se parentes consanguíneos ou afins até 3º Grau do Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais, terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução;

3.2.3. O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto.

3.2.4. O dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto.

3.2.5. O conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

3.2.6. Os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem.

4. DO PRAZO PARA O REQUERIMENTO

4.1. A apresentação do requerimento contendo os documentos para qualificação em organização social das entidades interessadas dar-se-á **20 dias** a partir da publicação.

5. DA FORMA DA ENTREGA

5.1. O requerimento e os demais documentos deverão ser protocolados no DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO, 3º andar, no Paço Municipal de Louveira, localizada na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº451, Vila Caldana –Louveira/SP, contendo as informações do item 3.1 deste Edital, além do Anexo I preenchido.

6. DO PRAZO E DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO

6.1. A Comissão de Seleção, nomeada conforme Portaria nº 904/2023, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do prazo final do item 4.1, para análise e qualificação das entidades solicitantes.

6.2. O pedido de qualificação será indeferido caso a entidade requerente:

- a) Não se enquadrar na área da saúde;
- b) Não atenda aos requisitos descritos na Lei Municipal nº 2.428 de 15 de maio de 2015, alterações disciplinadas pela Lei Municipal nº 2.701 de 02 de setembro de 2021 e itens deste Edital;
- c) Apresentar documentação incompleta;
- d) Não atender as solicitações complementares eventualmente solicitadas pela



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

Comissão.

6.3. Ocorrendo o caso da alínea “c” do item 6.2 deste Edital, a Comissão competente poderá conceder à requerente o prazo de até 3 (três) dias para a complementação dos documentos exigidos.

7. DO RESULTADO

7.1. Recebido e autuado o requerimento, o Processo será encaminhado à Comissão de Seleção que o analisará, verificando o cumprimento das disposições legais pertinentes e estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

7.2. A decisão que deferir ou indeferir o pedido de qualificação será publicado no Diário Oficial do Município.

7.3. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cujo pedido de qualificação for indeferido, poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas as normas constantes na Lei Municipal nº 2.428 de 15 de maio de 2015 e alterações disciplinadas pela Lei Municipal nº 2.701 de 02 de setembro de 2021.

7.4. O certificado de qualificação como Organização Social deverá ser publicado na imprensa oficial do município ou no Diário Oficial do Município.

7.5. Na hipótese de deferimento, que necessariamente deverá ser precedido de manifestação prévia da Comissão de Seleção, o processo de qualificação será encaminhado ao Prefeito para emissão de decreto de qualificação.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificativa, à Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de desqualificação;

8.2. A Secretaria de Saúde poderá requerer sempre que entender necessário, a atualização da documentação da entidade qualificada, ficando para a interessada o dever de manter todos os documentos provenientes deste processo atualizados;

8.3. A qualificação como Organização Social, no âmbito do município de Louveira, por ato do Poder Executivo, não vincula a contratação por meio do Contrato de Gestão. As Entidades qualificadas como Organização Social no Município, participarão do processo seletivo para escolha do melhor projeto, nos termos definidos posteriormente em edital, onde serão obedecidos os princípios gerais que regem a Administração Pública para o recebimento, julgamento e classificação do programa de trabalho proposto.

8.4. A lista das entidades qualificadas em decorrência do presente edital será publicada no site oficial do município www.louveira.sp.gov.br e na imprensa oficial, oportunidade em que será definida as considerações sobre o futuro contrato de gestão.



Prefeitura Municipal de Louveira

Secretaria de Governo e Comunicação Social

Departamento de Convênios

8.5. As entidades responderão pela veracidade dos dados e declarações por eles fornecidos, sob as penas da Lei;

8.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta seleção, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Louveira/SP.

Louveira, 29 de outubro de 2.024.

ESTANISLAU STECK

Prefeito Municipal

MARCIA BEVILACQUA

Secretária Municipal de Saúde

